

RECIBO DE ENTREGA DE EDITAL E SEUS ANEXOS
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ UF: _____

CNPJ DA EMPRESA: _____

TELEFONES: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

Recebi cópia do Edital e seus anexos relativos o **Pregão Presencial Nº 021/2019**, cujos envelopes de Proposta e Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro às 08:30 horas do dia 13 de junho de 2019, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Avenida Central, nº 309, Centro, CEP: 64.625-000, São José do Piauí - PI

São José do Piauí/PI, ____ de _____ de _____

Assinatura

- Solicito a V.S^a preencher o recibo de entrega de edital acima;
- A não remessa de recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como, de quaisquer informações adicionais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

FINALIDADE: “Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.”

DATA DA REALIZAÇÃO: 13 de junho de 2019.

HORÁRIO: 08:30 horas

A Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, por meio do seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela 008/2019, do dia 31 de janeiro de 2019, conforme documento contido no processo administrativo, torna público que, de acordo com a Lei Federal N.º10.520 de 17.07.2002, subsidiariamente, Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, nos termos deste edital e seus anexos, realizará, **às 08:30 horas do dia 13 de junho de 2019**, na sala da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, situada na Avenida Central, nº 309, Centro, CEP: 64.625-000, São José do Piauí - PI, a sessão de abertura do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, “Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.”**, de acordo com o que determina a Lei nº 10.520/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar 123 com suas alterações, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 044/2019, e atendidas as especificações, formalidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, **“Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.”**, na forma abaixo:

RETIRADA DO EDITAL

A cópia deste edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, no endereço indicado neste edital.

DATA DA REALIZAÇÃO: 13 de junho de 2019

HORÁRIO: 08:30 horas

LOCAL: Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, situada na Avenida Central, nº 309, Centro, CEP: 64.625-000, São José do Piauí - PI.

INFORMAÇÕES:

ENDEREÇO: Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, Avenida Central, nº 309, Centro, CEP: 64.625-000, São José do Piauí - PI.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: segunda à sexta-feira, de 08:00 às 13:00 horas.

TELEFONES: (89) 98817 3060

CAPÍTULO I - DO OBJETO:

1.1- Esta licitação tem por objeto “Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.”

CAPÍTULO II - DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados, pessoas jurídicas pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, conforme cada caso, que preencherem as condições de credenciamento e habilitação, disposto neste Edital.

2.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento, interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

a) Empresas que se encontrem em processo falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem e nem sejam estabelecidas no Estado, nem aquelas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer órgão ou ente integrante da Administração.

b) Empresas cujos sócios, diretores, representantes legais e/ou responsáveis técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, sejam funcionários, conselheiros, inspetores, diretores, empregados ou ocupantes de cargos comissionados no Estado do Piauí.

c) Empresas em regime consórcio e/ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

d) Pessoa física, mesmo que em grupo.

2.3 - Pela simples participação nesta licitação a Empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no Edital;

CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) cópia atualizada do CNPJ validade 90 (noventa) dias após emissão;

b) tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da investidura;

c) tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular (desde que reconhecido firma), da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.2 - O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo cópia do documento oficial de identificação que contenha foto, acompanhado da original para conferência.

3.3 - Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, e cada representante só poderá representar uma empresa, podendo o mesmo ser substituído para efeito de participação na Sessão, desde que conste da Procuração, inclusive, com os mesmos poderes.

3.4 - A ausência do credenciado em qualquer momento da fase de lances importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, nos lances referentes ao item da respectiva rodada de lances.

3.5 - Os interessados ou seus representantes apresentarão declaração, fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e dos preços oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

3.6 - Para os licitantes que não pretendem credenciar-se, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como os documentos de habilitação e proposta, deverão ser entregues ou encaminhados ao setor responsável pela licitação em envelopes separados.

3.7 - Concluída a fase do credenciamento, os licitantes entregarão ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação;

3.8 - Iniciada a sessão pública do pregão e efetuada a entrega dos envelopes nº 01 e nº 02, não cabe à desistência da proposta.

3.9- Declaração, quando for o caso, que é beneficiário da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, conforme determina a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **Esta Declaração deverá ser firmada por contador, e vir acompanhado da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado com validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da sua emissão. Esta deverá ser apresentada fora dos envelopes.**

CAPÍTULO IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada fora dos Envelopes números 01 e 02.

4.1.1 A declaração acima referida deverá ser subscrita pelo representante legal ou pelo procurador caso este tenha outorga para tal.

4.2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE- Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESÊNCIAL Nº 021/2019
EMPRESA:**

**ENVELOPE Nº 02 - DOC. DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESÊNCIAL Nº 021/2019
EMPRESA:**

4.3 - A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada as primeiras páginas e assinada a última, pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, legalmente habilitado.

4.4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio este até 24 (vinte e quatro) horas antes do certame.

CAPÍTULO V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA:

As propostas deverão obedecer às especificações e condições previstas neste instrumento convocatório e anexos que deste fazem parte integrante como aqui transcritos.

5.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a)** Nome, endereço, CNPJ, e-mail, telefone e inscrição estadual/municipal;
- b)** Número do Pregão, conta bancária, agência, titular e banco para depósitos dos créditos;
- c)** Preço unitário do item, cotando-se cada produto discriminado no item, em moeda corrente nacional, em algarismo com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula e por extenso tanto o unitário quanto o total, e o valor total do lote. Conter declaração de que os preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (fretes), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto desta licitação.

d) O item deverá apresentar descrição completa detalhada de acordo com o anexo e Termo de Referência e Especificação, constando à procedência, fabricante e marca de maneira a demonstrar que o produto cotado atende às especificações técnicas constantes dos Anexos deste edital.

5.2 - As propostas deverão ser apresentadas contemplando os quantitativos fixados, conforme os anexos (Termo de Referência e Especificação), não sendo permitidas ofertas com quantitativo inferior.

5.3 - Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da realização do certame.

5.4 - A proposta deverá ser apresentada com especificação completa, **obrigando-se o proponente**, nesse caso, a entregar o produto de acordo com as exigências do Edital.

5.5 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta, seja em relação a prazo, especificações do produto ofertado ou qualquer outra condição que importe em modificação dos termos da proposta original, ressalvadas as alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, assim avaliadas pelo pregoeiro na sessão.

5.6 - A falta do valor por extenso na proposta será motivo para desclassificação.

5.7 - Havendo divergência entre o preço unitário e o preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

5.8 - A falta da rubrica na proposta, CNPJ e/ou endereço completo, acarretará desclassificação da proposta neste certame, ficando na sessão de abertura lavrada em ata todos os autos sob o conhecimento do Representante Legal ou procurador da licitante, desde que tenha poderes para este fim.

5.9 - A proposta de preço deverá estar acompanhada da Declaração de que o fornecedor do objeto conhece e aceita as regras determinadas pela Administração, através deste edital.

5.9.1 - A ausência da declaração implicará na desclassificação da proposta.

5.10 - Declaração de compromisso de entrega, sem custos adicionais e independentes da quantidade.

5.11 - Qualquer vício ou defeito na proposta será observado pelo pregoeiro que desclassificará a mesma, salvo em situações previstas na Lei nº 10.520 e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e suas posteriores Alterações.

CAPÍTULO VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO":

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos autenticados a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

6.1.1 - O licitante deverá apresentar documentos a seguir:

6.1.2.1 - Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) Contrato social e o último aditivo;

b) Cópia da cédula de identidade e CPF dos sócios;

6.1.2.2 - Documentos obrigados pela Constituição:

a) Declaração, assinada por quem de direito, de que, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na Lei n.º 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inc. V do art. 13 do Decreto n.º 3.555/2002, a licitante não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

6.1.2.3 - Documentos relativos à regularidade fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através da Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através da Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão de Negativa de Débitos, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade a Fazenda Municipal através da Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Município e Certidão de Negativa de Débitos, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Cópia atualizada do CNPJ validade 90 (noventa) dias após emissão;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei n.º 8.036/90);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).

6.1.2.4 – Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata.

6.1.2.5 – Outros documentos:

- a) Alvará de licença de funcionamento;
- b) Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

6.1.2.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal ou pelo procurador se este tiver outorga para tal, assegurando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

Em se tratando de microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006);

- I. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da **Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- II. A não regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem VII acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.2 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias contadas da data constante do documento.

- b) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos observados, inclusive o disposto no item 14 do capítulo VII, depois de analisada pelo pregoeiro, o proponente poderá ser inabilitado.
- c) Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da Matriz ou todos em nome da Filial exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à Matriz e referir-se ao local da sede do interessado.

CAPÍTULO VII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

- 7.1. No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 7.2. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, em data e local já definido neste edital, sob coordenação do pregoeiro.
- 7.3. Caso seja impossibilitada a realização da sessão na data marcada para início do Pregão, esta se realizará no primeiro dia útil subsequente ou outra data deliberada pelo pregoeiro e equipe com a devida comunicação formal aos licitantes que retiraram o Edital.
- 7.4. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III do Edital, juntamente com a cópia do Contrato Social em vigor.
- 7.4.1. Encerrado o credenciamento conseqüentemente, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.5. Os licitantes deverão apresentar as suas propostas contendo o preço unitário de cada item, e o preço total.
- 7.6. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.
- 7.6.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado.
- 7.7. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- 7.7.1 Não havendo nenhuma proposta na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas mais vantajosas que apresentarem os menores preços a critério do pregoeiro até no máximo 3 participantes.
- 7.8. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor e os demais em ordem decrescente.
- 7.8.1. Se dentre as propostas apresentadas por escrito, quando da abertura dos envelopes, houver empate, o pregoeiro procederá ao sorteio na forma do parágrafo 2º do Art. 45 da Lei. 8666/93, para estabelecer qual dos licitantes empatados deve oferecer o lance primeiro, sem prejuízo de observação do art. 3º da mesma Lei.
- 7.8.2. A desistência em apresentar lance verbal quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante daquela etapa de lance e na manutenção do último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- 7.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 7.9.1. O Pregoeiro poderá no decorrer da sessão estipular, para novos lances, parâmetros ou percentagem de redução sobre o menor preço (margem de lance).
- 7.9.2. O Pregoeiro poderá, no decorrer da sessão determinar o tempo de que dispõem os licitantes para ofertarem seus lances orais e estipular margem de lance.

7.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances ou conforme determinar o pregoeiro no momento da sessão.

7.10.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital;

7.11. Encerrada a etapa de lances serão ordenadas às propostas classificadas e classificáveis na ordem crescente dos valores. O preço considerado para efeito de registro será o último preço ofertado depois de esgotadas as etapas de lances, devidamente aceito pelo pregoeiro.

7.12. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

7.12.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos Produtos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários, no prazo a ser por ele definido podendo realizar diligência e ou procedimentos de investigação a fim de conferir dados em garantia do objeto.

7.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo os documentos de habilitação.

7.14. Eventuais falhas ou omissões nos documentos de habilitação não poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

7.17.1. Substituição de documentos mediante a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.17.2. Apresentação de documentos, quando por indisponibilidade dos meios eletrônicos, não for possível a verificação.

7.17.2.1. Quando se tratando de empresa EPP, neste caso o Pregoeiro se utilizará da lei complementar 123, para comprovação de habilitação fiscal.

7.17.2.2. A não apresentação do(s) documento(s) no prazo estipulado pelo pregoeiro implicará na inabilitação da licitante.

7.18. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, exceto por impossibilidade devidamente justificada.

7.19. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

7.20. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta, aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.21. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame, sendo a ela adjudicada a referida licitação;

7.22. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global, atendidas as condições estabelecidas neste Pregão, será desclassificado o participante que apresentar proposta inicial escrita inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento previsto no processo.

7.23. O pregoeiro poderá se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como ao setor requisitante da compra do produto objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória;

7.24. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

7.25. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;

7.26. Depois de concluída a sessão, depois de habilitada, as licitantes deverão apresentar as propostas devidamente corrigidas considerando os valores negociados em sessão, os quais deverão ser levados em consideração para efeito de posterior chamamento.

a) Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

b) Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, como critério de desempate será realizado um sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

c) Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006);

d) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada;

e) Para efeito do disposto deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

f) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

g) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

h) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

I- Na hipótese da não contratação da Microempresa, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

II- A condição prevista da microempresa somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

III- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

VIII- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTES DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
Orçamento Geral do Município.	44.90.52

CAPÍTULO IX – DA IMPUGNAÇÃO:

9.1 – Até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma da Lei 8.666/93. O licitante terá a mesma prerrogativa até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura das propostas, sendo neste caso o prazo decadencial.

9.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme prevê a legislação.

9.1.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a impugnação possa alterar a formulação das propostas.

9.2 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar, na data da abertura da sessão ou depois da abertura dos envelopes de propostas, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

CAPÍTULO X – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO:

10.1 – No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para realização do ato de controle final.

10.3 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.5 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente registrará o preço do objeto do certame à favor da licitante vencedora e encaminhará o procedimento devidamente adjudicado para exercício da homologação.

CAPÍTULO XI – DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

11.1 – Os produtos licitados deverão ser entregues de acordo com as necessidades do órgão/ente contratante ou em local por ele designado.

11.1.1. A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa do órgão/ente, cabendo ao mesmo todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com o vencedor deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho.

11.2 – A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do objeto quando requisitado no prazo estabelecido no Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

11.3 – A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita de forma parcelado onde a contratante deliberar, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

11.4 – O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local e endereço indicados no subitem anterior, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

11.5 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

11.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

11.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.6.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

11.6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.6.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

11.6.3. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

11.7 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

11.8 - Rotulagens - todos os produtos de consumo, nacionais ou importados deverão ser entregues contendo rótulos com todas as informações sobre os mesmos em língua portuguesa, contendo número de lote, data de fabricação e validade.

11.9 - Os produtos deverão ser entregues separados, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal.

CAPÍTULO XII - DOS PAGAMENTOS, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO:

12.1 - Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará ao órgão/ente, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada e cópia da Nota de Empenho.

12.2 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização do valores na forma legal.

12.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

12.4 - Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

12.5 - A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

12.6 - Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

b) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

CAPÍTULO XIII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.

13.2 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI ou as Secretarias Municipais, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.3 - As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

13.4 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 - Todos e quaisquer pedidos de alteração do Contrato, nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

14.2 - A autoridade competente poderá, em qualquer fase do procedimento licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea para contratar com a Administração pública.

14.3 - A Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI fica reservada o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.5 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade, a celeridade do procedimento e a segurança da contratação.

14.6 - Todas as declarações da presente licitação deverão estar em conformidade com edital e com firma reconhecida em cartório sob pena de desclassificação e inabilitação.

14.7 - Caso o proponente de deixe de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no presente edital o mesmo será desclassificado automaticamente do processo licitatório sem dano para o Município.

14.8 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, tantas quantas necessárias para consecução do fim desta licitação.

14.8.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata da sessão.

14.8.2. Se não houver tempo suficiente para a finalização da etapa competitiva ou para abertura dos envelopes “Documentação - propostas ou habilitação” na mesma sessão; em face do exame das propostas com as exigências do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em atas e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada pelo Pregoeiro.

14.7 - Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas, serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos menos dois licitantes presentes, exceto quando renunciarem tacitamente ao direito.

14.8 - Os extratos do resultado final desta licitação serão divulgados no Diário Oficial.

14.9 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial, na forma legal, quando couber.

14.10 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, até 30 (trinta) dias após a publicação do extrato de contrato, sendo posteriormente enviado para reciclagem.

14.10.1. No caso das empresas declaradas na condição de classificáveis, os documentos de habilitação serão devolvidos e somente requisitados na sessão em que for retomada a negociação, verificados naquela oportunidade na ordem de chamamento, a aptidão da licitante para firmar contrato com a administração.

14.10.2. Para efeito desta licitação serão consideradas classificáveis as licitantes que apresentarem o melhor preço, na ordem crescente, depois da empresa que tiver seu preço adjudicado pelo pregoeiro.

14.11 - Quaisquer tributo ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta comprovada repercussão nos preços tratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos.

14.12 - Os casos omissos desta licitação para efeito de posterior contratação serão solucionados pelo Pregoeiro, na sessão, sempre na presença dos representantes das empresas envolvidas.

14.13 - Omissões, equívocos meramente formais, fatos supervenientes, conflitos ou outras situações porventura vivenciadas, serão decididos pelo Pregoeiro na sessão, com vista conferir agilidade ao feito.

14.14 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Inhuma/PI, excluído fica quaisquer outros por mais privilegiado que seja.

14.15 - Integram este Edital:

Anexo I - Termo de Referência de Cotação (planilhas Especificação dos materiais e forma de cotação);

Anexo II - Contrato;

Anexo III - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação

Anexo IV - Modelo de Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar;

Anexo V - Modelo de declaração de cumprimento ao art. 37, XXXIII da CF, sobre emprego de menores.

São José do Piauí/PI, 30 de maio de 2019.

Wesley da Silva Borges
Pregoeiro

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÃO

1 - DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

2 - DA VIGÊNCIA:

O contrato oriundo do procedimento licitatório objeto deste Termo de Referência vigorará até 31 de dezembro de 2019, nos termos da Lei 8.666/93.

3 - DA JUSTIFICATIVA:

O procedimento licitatório para a Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí. justifica-se pela necessidade da manutenção das atividades diárias desta municipalidade por todo ano de 2019.

Os recursos adicionais advindos do presente contrato auxiliarão na execução do Plano de Gestão e o cumprimento de suas metas.

4 - DO AMPARO LEGAL

O presente Termo de Referência encontra-se consubstanciado na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

5 - DAS ALTERAÇÕES

O contrato oriundo do procedimento licitatório poderá ser alterado, por acordo entre as partes, mediante assinatura de Termo Aditivo, na forma da lei.

6 - DA ESTIMATIVA DOS VALORES DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA
Orçamento Geral do Município.	44.90.52

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a proceder à entrega dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pelo fornecimento do objeto deste contrato.

A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social.

A CONTRATADA é responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados. É de sua responsabilidade, ainda, eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o transporte e descarga dos produtos no local da entrega.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer momento, que comprove que os produtos possuem registro no órgão competente.

A CONTRATANTE deverá zelar pelo bom uso e o devido armazenamento dos produtos.

9 - DO UNIVERSO DE CONCORRENTES

Poderá participar do procedimento licitatório qualquer pessoa jurídica com o ramo de atividades equivalente.

10 - DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

As participantes deverão apresentar, na licitação, propostas escritas com valor inicial não inferior a 70% (setenta por cento) do valor do orçamento por lote concorrendo sob pena de desclassificação.

Aberta a sessão pública, em concordância com os procedimentos afetos à Lei nº 10.520/2002 e à Lei nº 8.666/1993 (aplicada subsidiariamente), serão apresentadas as propostas.

Após abertas as propostas, será iniciada a fase de lances. Havendo propostas iniciais com valores percentuais iguais, o ofertante do primeiro lance será definido mediante sorteio fora os casos atendido pela Lei Complementar 123.

Os lances serão verbais e sucessivos.

Após a declaração do vencedor, este terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a entrega de nova proposta escrita, correspondente ao lance declarado vencedor.

11 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência, apresente o menor lance.

12 - DO PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará ao órgão/ente, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada e cópia da Nota de Empenho.

Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, sob pena de assistir direito às verbas e atualização do valores na forma legal.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS
- Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

13 - DA RESCISÃO

O contrato oriundo do procedimento licitatório poderá ser rescindido por qualquer uma das partes em razão do descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele

pactuadas, bem como pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, mantidas inalteradas, nesse prazo, as atribuições de ambos os contratantes.

14 - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993, a avença deverá ser publicada, na forma de extrato, no MURAL DA PREFEITURA, DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

15 - ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS - CONFORME PLANILHA EM ANEXO.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

VALOR PREVISTO: R\$ 260.212,56 (duzentos e sessenta mil, duzentos e doze reais e cinquenta e seis centavos).

OBS: O fornecimento dos itens objeto deste certame se dará através de demanda espontânea, para todos os itens e a entrega deverá acontecer em até 48 horas da solicitação da mercadoria sem custos adicionais e independentes da quantidade.

ITENS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	87500039301A GUIA ESC APOIO MT S-350 2,5-6CV	UN	4	R\$ 72,50	R\$ 290,01
2	87500217701A ACOPLAMENT ANTIGO 4R1/8-4R1/8P-BL	UN	8	R\$ 46,12	R\$ 368,96
3	87500218701A ACOPLAMENT NOVO 4R1/5IA 23.3X45MM	UN	4	R\$ 46,12	R\$ 184,48
4	8750810300 TUBO INDUTOR 4 BL	UN	2	R\$ 147,65	R\$ 295,30
5	87510084101A ANEL VED 300/350 1/3-10CV 4 BL	UN	5	R\$ 11,97	R\$ 59,85
6	87520133100A ANEL ELAST E-20 S-500/610 BL	UN	1	R\$ 5,13	R\$ 5,13
7	87520135100A ANEL ELAST E-17 MOT 4 350	UN	3	R\$ 4,59	R\$ 13,78
8	87520193102A KIT PINO GUIA 500/610 SAE 5X20MM	UN	1	R\$ 25,69	R\$ 25,69
9	87520193106A KIT PINO GUIA MT 710 BL	UN	1	R\$ 61,67	R\$ 61,67
10	87520309104A BUCHA GUIA BORR.30X15 4R BL	UN	8	R\$ 9,94	R\$ 79,55
11	87520309105A BUCHA GUIA 36X36MM R101/16I/25I	UN	1	R\$ 12,89	R\$ 12,89
12	87520325103A BUCHA GRAF.50X33X21 330/350/360	UN	7	R\$ 95,04	R\$ 665,30
13	87520325106A BUCHA GRAF.49X31X35 MT610/710	UN	6	R\$ 86,37	R\$ 518,20
14	87520621102A CHAVETA 3/16X5/32X17MM 500/610	UN	1	R\$ 9,18	R\$ 9,18
15	87520624104A KIT RETENTOR 610/710 (2PCS) 38X27MM	UN	1	R\$ 48,92	R\$ 48,92
16	87520624108A RETENTOR MT300/350 BL G-79/05 28X19MM	UN	5	R\$ 34,32	R\$ 171,60
17	87530148100A KIT EIXO BOMBEADOR 4R3/4 BL	UN	1	R\$ 236,70	R\$ 236,70
18	87531273100A BUCHA DESG BZE 4R/ BL18X28	UN	7	R\$ 20,12	R\$ 140,84
19	87531297100A BUCHA GUIA INOX 30X15MM	UN	4	R\$ 21,47	R\$ 85,89
20	87531380100A BUCHA DESG. BOMBEA. 6 25X55MM	UN	1	R\$ 78,70	R\$ 78,70

21	87531407100A BUCHA DESG BRZ BL 18X17MM	UN	15	R\$ 17,70	R\$ 265,45
22	87531436100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R5 IA-PA	UN	52	R\$ 19,75	R\$ 1.027,17
23	87531437100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R6 PB	UN	40	R\$ 33,75	R\$ 1.350,00
24	87531438100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R8 PB	UN	100	R\$ 33,99	R\$ 3.399,00
25	87531441100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R3 IA-PA	UN	45	R\$ 19,40	R\$ 873,00
26	87531442100A KIT ROTOR DIFUSOR 4R4 IA-PA	UN	80	R\$ 19,40	R\$ 1.552,00
27	87565031100A ROTOR BOMBE. R11	UN	5	R\$ 64,70	R\$ 323,50
28	87565126100A PASTILHA DE APOIO 710 (JG)	UN	2	R\$ 430,37	R\$ 860,73
29	87565128100A PASTILHA APOIO COMPL S-350	UN	5	R\$ 112,37	R\$ 561,87
30	87565130100A PASTILHA (JG) 500/610 TEMP	UN	1	R\$ 319,78	R\$ 319,78
31	87565131100A DISCO ENCOSTO COMPL S-350 BL	UN	5	R\$ 325,18	R\$ 1.625,88
32	87565134100A DISCO ENCOSTO 500/610 TEMP.	UN	2	R\$ 368,58	R\$ 737,15
33	87565138100A KIT MANCAL ESCORA/ENCOSTO 350	UN	6	R\$ 364,20	R\$ 2.185,20
34	87565685100A KIT MANCAL ESCORA MT610	UN	1	R\$ 570,51	R\$ 570,51
35	ABRACADEIRA ZINCADA FITA 19 X 27MM 3/4	UN	3	R\$ 3,44	R\$ 10,31
36	ABRACADEIRA 1"ACH REFORC	UN	3	R\$ 7,12	R\$ 21,37
37	ABRACADEIRA 2" ACH REFORC	UN	1	R\$ 9,60	R\$ 9,60
38	ABRACADEIRA 2.1/2" ACH REFORC	UN	2	R\$ 10,68	R\$ 21,37
39	ACOPLAMENTO VANBRO VBUP 4 NOVO 3100470001 AISI 620	UN	5	R\$ 147,38	R\$ 736,92
40	ACOPLAMENTO VANBRO VHE 4 ANTIGO 310047007 AISI 620	UN	5	R\$ 147,38	R\$ 736,92
41	ADAPT IR LF BSXPR 50 X 1.1/2	UN	30	R\$ 6,03	R\$ 180,80
42	ADAPT SD B. R. P/REG 20X1/2	UN	21	R\$ 1,10	R\$ 23,03
43	ADAPT SD B. R. P/REG 25X3/4	UN	20	R\$ 1,42	R\$ 28,47
44	ADAPT SD B. R. P/REG 32X1	UN	4	R\$ 2,44	R\$ 9,77
45	ADAPT SD B. R. P/REG 60X2	UN	7	R\$ 14,52	R\$ 101,64
46	ADAPT SD F/ANEL VED CX CIL/RET 50M	UN	3	R\$ 38,59	R\$ 115,78
47	ADAPT UNIAO DUPLA FE 2.1/2"	UN	1	R\$ 25,25	R\$ 25,25
48	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 1.1/2"	UN	2	R\$ 12,14	R\$ 24,27
49	ADAPTADOR NIPLE SIMPLES FE 2"	UN	1	R\$ 17,82	R\$ 17,82
50	ADESIVO PVC BISNAGA INCOLOR 75GR	UN	20	R\$ 7,79	R\$ 155,87
51	ADESIVO PVC FRASCO INCOLOR 850GR	UN	4	R\$ 36,80	R\$ 147,20
52	ADESIVO PVC FRASCO-POTE INCOLOR 175G	UN	9	R\$ 20,07	R\$ 180,63
53	BOIA AUT SENSORCONTROL ANAUG P/CX D'AGUA	UN	4	R\$ 51,58	R\$ 206,32
54	BOBINA BCA CAW04/CW07 380V 60HZ	UN	4,00	R\$ 43,86	R\$ 175,43
55	BOBINA BCA4 CWM9/25B CAWM4 220V	UN	15,00	R\$ 57,01	R\$ 855,10
56	BOBINA BCA4-4026V CW32/40 220V	UN	3,00	R\$ 63,41	R\$ 190,22
57	BOBINA BRB-38D23 CWB-38 B 220V 50/60HZ	UN	2,00	R\$ 60,84	R\$ 121,69
58	BOMBA CENTR FAMAC FSG-S 1,5CV 110/220V	UN	1	R\$ 1.538,29	R\$ 1.538,29
59	BOMBEADOR 4R3RIA-09	UN	2	R\$ 798,43	R\$ 1.596,87
60	BOMBEADOR 4R3RIA-11	UN	1	R\$ 856,32	R\$ 856,32

61	BOMBEADOR 4R3RIA-30	UN	2	R\$ 1.648,33	R\$ 3.296,65
62	BOMBEADOR 4R4IA-08	UN	1	R\$ 754,33	R\$ 754,33
63	BOMBEADOR 4R4IA-09	UN	1	R\$ 780,97	R\$ 780,97
64	BOMBEADOR 4R4IA-10	UN	1	R\$ 809,46	R\$ 809,46
65	BOMBEADOR 4R4IA-11	UN	1	R\$ 836,10	R\$ 836,10
66	BOMBEADOR 4R4IA-13	UN	2	R\$ 890,30	R\$ 1.780,61
67	BOMBEADOR LEAO 4R4IA-25	UN	1,000	R\$ 1.454,46	R\$ 1.454,46
68	BOMBEADOR 4R4IA-18	UN	1	R\$ 1.029,04	R\$ 1.029,04
69	BOMBEADOR 4R5IA-06	UN	2	R\$ 724,01	R\$ 1.448,01
70	BOMBEADOR 4R5IA-09	UN	2	R\$ 819,74	R\$ 1.639,47
71	BOMBEADOR 4R5IA-10	UN	2	R\$ 851,73	R\$ 1.703,45
72	BOMBEADOR 4R5IA-12	UN	1	R\$ 914,20	R\$ 914,20
73	BOMBEADOR 4R5IA-13	UN	1	R\$ 946,36	R\$ 946,36
74	BOMBEADOR 4R5IA-15	UN	2	R\$ 1.008,85	R\$ 2.017,69
75	BOMBEADOR 4R5IA-17	UN	1	R\$ 1.071,32	R\$ 1.071,32
76	BOMBEADOR 4R5IA-19	UN	1	R\$ 1.644,68	R\$ 1.644,68
77	BOMBEADOR 4R5IA-24	UN	1,000	R\$ 1.872,52	R\$ 1.872,52
78	BOMBEADOR 4R5IA-29	UN	1,000	R\$ 2.100,37	R\$ 2.100,37
79	BOMBEADOR 4R6PB-07	UN	1	R\$ 1.113,56	R\$ 1.113,56
80	BOMBEADOR 4R6PB-08	UN	1	R\$ 1.174,22	R\$ 1.174,22
81	BOMBEADOR 4R6PB-10	UN	1	R\$ 1.290,00	R\$ 1.290,00
82	BOMBEADOR 4R8PB-08	UN	1	R\$ 1.169,63	R\$ 1.169,63
83	BOMBEADOR 4R8PB-12	UN	1	R\$ 1.403,92	R\$ 1.403,92
84	BOMBEADOR 4R8PB-13	UN	1	R\$ 1.459,05	R\$ 1.459,05
85	BOMBEADOR 4R8PB-15	UN	1	R\$ 1.881,70	R\$ 1.881,70
86	BOMBEADOR 4R8PB-18	UN	1	R\$ 2.060,87	R\$ 2.060,87
87	BOMBEADOR 4R8PB-21	UN	1	R\$ 2.236,35	R\$ 2.236,35
88	BOMBEADOR VBUP-42 50E 5,0CV 4"	UN	1,000	R\$ 3.251,64	R\$ 3.251,64
89	BUCHA RED FG 1.1/2X ½	UN	1	R\$ 15,73	R\$ 15,73
90	BUCHA RED FG 1.1/2X1.1/4	UN	8	R\$ 15,73	R\$ 125,87
91	BUCHA RED FG 2.1/2"X2"	UN	1	R\$ 30,48	R\$ 30,48
92	BUCHA RED ROSC PVC 1 X 3/4	UN	20	R\$ 4,83	R\$ 96,60
93	BUCHA RED SD CURTA 40X32	UN	10	R\$ 2,32	R\$ 23,23
94	BUCHA RED SD CURTA 50X40	UN	1	R\$ 3,99	R\$ 3,99
95	BUCHA RED SD CURTA 60X50	UN	2	R\$ 7,56	R\$ 15,13
96	BUCHA RED SD CURTA 75X60	UN	2	R\$ 19,55	R\$ 39,10
97	BUCHA RED SD LONGA 32X20	UN	2	R\$ 2,99	R\$ 5,98
98	BUCHA RED SD LONGA 60X50	UN	1	R\$ 13,28	R\$ 13,28
99	CABO PP 2 X 2,5 MM	UN	80	R\$ 5,01	R\$ 401,07
100	CABO PP 2 X 4,0MM	UN	100	R\$ 8,07	R\$ 807,33
101	CABO PP 3 X 2,5 MM	UN	150	R\$ 6,47	R\$ 970,00

102	CABO PP 3 X 4,0 MM	UN	200	R\$ 9,74	R\$ 1.947,33
103	CABO PP 3 X 6,0 MM	UN	150	R\$ 13,47	R\$ 2.021,00
104	CABO PP 3 X 10,0 MM	UN	50	R\$ 23,72	R\$ 1.185,83
105	CABO PP 3 X 16,0 MM	UN	45	R\$ 35,29	R\$ 1.587,90
106	CABO PP 4 X 2.5MM	UN	29	R\$ 9,05	R\$ 262,35
107	CABO PP 4 X 4.0MM	UN	45	R\$ 14,12	R\$ 635,40
108	CAIXA D'AGUA 5000L POLIT	UN	2	R\$ 2.368,27	R\$ 4.736,53
109	CAP IR LF SOLD 50	UN	25	R\$ 3,34	R\$ 83,42
110	CAP IR LF SOLD 75	UN	10	R\$ 9,48	R\$ 94,77
111	CAPACITOR P/MOTOR 270/324UF 250V	UN	5	R\$ 58,28	R\$ 291,42
112	CAPACITOR P/MOTOR 340-408UF 250V	UN	1	R\$ 67,55	R\$ 67,55
113	CAPACITOR PERMANENTE 20UF 450V	UN	4	R\$ 26,73	R\$ 106,93
114	CAPACITOR PERMANENTE 25UF 450V	UN	6	R\$ 30,55	R\$ 183,30
115	CAPACITOR PERMANENTE 30UF 400V	UN	4	R\$ 29,64	R\$ 118,55
116	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 400V	UN	12	R\$ 33,26	R\$ 399,16
117	CAPACITOR PERMANENTE 35UF 450V	UN	3	R\$ 40,88	R\$ 122,65
118	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 250V	UN	2	R\$ 50,82	R\$ 101,65
119	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 400V	UN	3	R\$ 42,22	R\$ 126,66
120	CAPACITOR PERMANENTE 50UF 450V	UN	5	R\$ 50,57	R\$ 252,85
121	CHAVE PART PDW 2.0CV 380V 2,8-4A	UN	3	R\$ 191,91	R\$ 575,72
122	CHAVE PART PDW 3.0CV 380V 4-6.3A	UN	4	R\$ 204,80	R\$ 819,20
123	CHAVE PART PDW 4,0CV 380V 5,6-8A	UN	3	R\$ 204,80	R\$ 614,40
124	CHAVE PART PDW 5,0CV 380V 7-10A	UN	3	R\$ 229,22	R\$ 687,67
125	CHAVE PART PDW 7,5CV 380V 10-15A	UN	4	R\$ 232,91	R\$ 931,64
126	CHAVE PART PDW 10,0CV 380V 11-17A	UN	3	R\$ 271,14	R\$ 813,41
127	CHAVE PART PDW 12,5CV 380V 15-23A	UN	4	R\$ 279,93	R\$ 1.119,71
128	CHAVE PART PDWM-04 2.0/3.0CV 11-17A 220V	UN	3	R\$ 271,66	R\$ 814,99
129	CONTATOR CWM12.10 220V 30V26 60HZ G-24/05	UN	4	R\$ 161,53	R\$ 646,13
130	CONTATOR CWM18.10 220V 30V26 60HZ G-23/01	UN	3	R\$ 170,41	R\$ 511,23
131	CONTATOR CWM18.10 380V 30V41 60HZ G-23/02	UN	2	R\$ 170,41	R\$ 340,82
132	CONTATOR CWM25.10 220V 30V26 60HZ G-23/03	UN	4	R\$ 215,83	R\$ 863,33
133	CONTATOR CWM25.10 380V 30V41 60HZ G-23/04	UN	2	R\$ 215,83	R\$ 431,67
134	CURVA 90º IR LF BS/PL 50	UN	12,00	R\$ 12,47	R\$ 149,60
135	CURVA 90º IR LF BS/PL 75	UN	5,00	R\$ 27,50	R\$ 137,52
136	CURVA M/F FG 1.1/2"	UN	14,00	R\$ 63,34	R\$ 886,71
137	CURVA M/F FG 1.1/4"	UN	6,00	R\$ 57,57	R\$ 345,40
138	CURVA M/F 90 FG 2"	UN	4	R\$ 115,38	R\$ 461,53
139	ESCOVA CARVAO P/GERADOR 30X10X10 EL-123 G-64/02	UN	4	R\$ 22,05	R\$ 88,21
140	FILTRO COMBUSTIVEL (CROSS) GU86 G-115/03	UN	2	R\$ 10,20	R\$ 20,41
141	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,80MM (KG)	UN	8	R\$ 141,47	R\$ 1.131,76
142	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 0,90MM (KG)	UN	9	R\$ 141,47	R\$ 1.273,23

143	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,00MM (KG)	UN	7	R\$ 141,47	R\$ 990,29
144	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,10MM (KG)	UN	6	R\$ 141,47	R\$ 848,82
145	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,20MM (KG)	UN	12	R\$ 141,47	R\$ 1.697,64
146	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,30MM (KG)	UN	5	R\$ 141,47	R\$ 707,35
147	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1,40MM (KG)	UN	4	R\$ 141,47	R\$ 565,88
148	FIO ENCAPADO P/BOMBA SUB 1.80MM (KG)	UN	3	R\$ 141,47	R\$ 424,41
149	FITA AUTO-FUSAO 19MMX 2M 3M	UN	7	R\$ 8,35	R\$ 58,45
150	FITA AUTO-FUSAO 19MMX10M	UN	15	R\$ 33,37	R\$ 500,60
151	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MM X 20M (NOVA)	UN	14	R\$ 27,01	R\$ 378,09
152	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19MMX5M	UN	10,000	R\$ 6,10	R\$ 60,97
153	FITA VEDAROSCA 18MMX50M	UN	12	R\$ 21,46	R\$ 257,56
154	JOELHO 90 IRRIGA DN 50MM	UN	2	R\$ 4,97	R\$ 9,95
155	JOELHO 90 SD 32MM	UN	6	R\$ 2,60	R\$ 15,60
156	JOELHO 90 SD 60MM	UN	4	R\$ 33,33	R\$ 133,32
157	JOELHO 90 SD 75MM	UN	1	R\$ 106,18	R\$ 106,18
158	LUVA FG 1.1/2	UN	70	R\$ 16,87	R\$ 1.180,90
159	LUVA FG 1.1/4"	UN	32	R\$ 12,96	R\$ 414,83
160	LUVA FG 2	UN	15	R\$ 25,48	R\$ 382,25
161	LUVA IR LF SOLD 50	UN	25	R\$ 4,05	R\$ 101,33
162	LUVA RED IR LF 50X32	UN	1	R\$ 3,07	R\$ 3,07
163	LUVA SD 25MM	UN	10	R\$ 0,96	R\$ 9,63
164	LUVA SD 32MM	UN	18	R\$ 2,22	R\$ 39,96
165	LUVA SD 40MM	UN	18	R\$ 4,71	R\$ 84,84
166	LUVA SD 50MM	UN	10	R\$ 5,25	R\$ 52,50
167	LUVA SD L/R 20 X 1/2	UN	10	R\$ 1,78	R\$ 17,83
168	MANGUEIRA POLIET. 1/2 X 1,0MM	UN	1500	R\$ 0,78	R\$ 1.165,00
169	MANGUEIRA POLIET. 3/4 X 1.5MM	UN	1200	R\$ 1,43	R\$ 1.720,00
170	MANGUEIRA POLIET. 1 X 2,0MM	UN	800	R\$ 2,27	R\$ 1.818,67
171	MANGUEIRA TRANCADA 3/4 - M/P PT250LBS	UN	6	R\$ 8,65	R\$ 51,88
172	MINIDISJUNTOR TERMOMAG MDW-C 1P 16A MONOF	UN	1	R\$ 14,29	R\$ 14,29
173	MINIDISJUNTOR TERMOMAG MDW-C 1P 32A MONOF	UN	2	R\$ 14,29	R\$ 28,58
174	MOTOR 230/ 1,0HP/220MO 4"	UN	2	R\$ 1.242,64	R\$ 2.485,29
175	MOTOR 230/ 1,0HP/380V 4"	UN	2	R\$ 1.061,21	R\$ 2.122,42
176	MOTOR 230/1,5HP/220MO 4"	UN	6	R\$ 1.354,30	R\$ 8.125,80
177	MOTOR 230/1,5HP/380V 4"	UN	2	R\$ 1.088,56	R\$ 2.177,13
178	MOTOR 230/2,0HP/380V 4"	UN	3	R\$ 1.255,60	R\$ 3.766,79
179	MOTOR 230/2.0HP/220MO 4"	UN	8	R\$ 1.557,41	R\$ 12.459,25
180	MOTOR 230/3,0HP/220MO	UN	5	R\$ 1.953,71	R\$ 9.768,57
181	MOTOR 230/3,0HP/380V 4"	UN	5	R\$ 1.556,71	R\$ 7.783,55
182	MOTOR 360/2,0HP/440V 4"	UN	1	R\$ 2.461,23	R\$ 2.461,23
183	MOTOR 360/2,5CV 380V 4	UN	2	R\$ 1.867,35	R\$ 3.734,69

184	MOTOR 360//3,0HP/220V	UN	1	R\$ 2.717,28	R\$ 2.717,28
185	MOTOR 360/3,0HP/440V 4"	UN	2	R\$ 2.717,28	R\$ 5.434,56
186	MOTOR 350/4,5HP/380V 4"	UN	2	R\$ 2.783,53	R\$ 5.567,05
187	MOTOR 350/4,0CV/440MO 4"	UN	2	R\$ 3.358,34	R\$ 6.716,67
188	MOTOR 350//5,0HP 440V 4"	UN	2	R\$ 3.393,95	R\$ 6.787,90
189	MOTOR 350/5.0-5,5CV/380V 4"	UN	2	R\$ 3.100,28	R\$ 6.200,57
190	NIPEL PVC ROSCA 1	UN	1	R\$ 3,78	R\$ 3,78
191	NIPEL DUPLO FG ½	UN	1	R\$ 4,15	R\$ 4,15
192	NIPEL DUPLO FG 1.1/2	UN	1	R\$ 15,22	R\$ 15,22
193	NIPEL DUPLO FG 2	UN	2	R\$ 30,09	R\$ 60,18
194	PAINEL B23/0,7HP/23MO	UN	3	R\$ 196,07	R\$ 588,21
195	PAINEL B23/1,0HP/23MO	UN	5	R\$ 204,24	R\$ 1.021,22
196	PAINEL B23/1,5HP/23MO	UN	4	R\$ 212,37	R\$ 849,49
197	PAINEL B23/2,0HP/23MO	UN	4	R\$ 226,58	R\$ 906,33
198	PAINEL B33-TL/1,5HP/220V	UN	2	R\$ 597,59	R\$ 1.195,18
199	PAINEL CPATL/2,0HP/220V	UN	1	R\$ 869,21	R\$ 869,21
200	PAINEL CPATL/3,0HP/220V	UN	1	R\$ 871,97	R\$ 871,97
201	PAINEL CPATL/4,0HP/220V	UN	1	R\$ 1.216,61	R\$ 1.216,61
202	PLUGUE 3P+T 380V 32A VERM. 40012 TOMADA MACHO	UN	3	R\$ 49,42	R\$ 148,25
203	PONTEIRA ESTRIADA 300025002 AISI304	UN	5	R\$ 185,95	R\$ 929,73
204	REG ESF IRRI AZUL 50MM VIQUA	UN	5	R\$ 17,27	R\$ 86,35
205	REG ESF IRR AZUL 75MM A	UN	20	R\$ 92,79	R\$ 1.855,87
206	REG ESF SOLD PVC 20MM PREDIAL	UN	1	R\$ 5,59	R\$ 5,59
207	REG GAVETA EUROPA 2 ()	UN	2	R\$ 120,84	R\$ 241,69
208	REG GAVETA LIGA BRONZE 4 IND()	UN	1	R\$ 857,96	R\$ 857,96
209	REG VALV ESF LATAO 2 JAPI	UN	1	R\$ 222,68	R\$ 222,68
210	RELE FALTA DE FASE RPW 380V 50/60HZ	UN	20	R\$ 143,12	R\$ 2.862,33
211	RELE SOBR TERM RW27 1D3 10-15A 7,5CV	UN	2	R\$ 162,90	R\$ 325,80
212	RELE SOBR TERM RW27 1D3 11-17A	UN	4	R\$ 162,90	R\$ 651,60
213	RELE SOBR TERM RW27 1D3 15-23A 10CV	UN	4	R\$ 162,90	R\$ 651,60
214	RELE SOBR TERM RW27 1D3 22-32A 15CV	UN	2	R\$ 162,90	R\$ 325,80
215	RELE TEMPO RTW17-A01U010SE40 220VAC	UN	15	R\$ 122,62	R\$ 1.839,30
216	TE 90 ROSCA 1	UN	1	R\$ 12,25	R\$ 12,25
217	TE 90 SD 60MM	UN	1	R\$ 36,64	R\$ 36,64
218	TE FG 2"	UN	1	R\$ 49,10	R\$ 49,10
219	TE IR LF BS 50	UN	2	R\$ 9,88	R\$ 19,77
220	TE IR LF BSR 50 X 1	UN	25	R\$ 8,14	R\$ 203,58
221	TE IR LF BSR 75X1.1/2	UN	1	R\$ 24,42	R\$ 24,42
222	TOMADA C/BASE APOIO SOB.3P+T 380V 32A	UN	3	R\$ 61,24	R\$ 183,73
223	TUBO EDUTOR GEOT DN40 X 4M 1.1/2	UN	70	R\$ 76,82	R\$ 5.377,40
224	TUBO FGALV 1.1/2 X 6MX19,1KG	UN	14	R\$ 260,29	R\$ 3.644,01

225	TUBO FGALV 1.1/4 X 6MX14,4KG	UN	16	R\$ 195,97	R\$ 3.135,52
226	TUBO FGALV 2 X 6MX24,02KG	UN	14	R\$ 327,54	R\$ 4.585,56
227	TUBO FGALV 2.1/2 X 6MX34,65KG	UN	10	R\$ 471,74	R\$ 4.717,43
228	TUBO IR AGROPEC PN60 DN 20	UN	20	R\$ 11,10	R\$ 222,00
229	TUBO IR LF PN40 PBL 35	UN	120	R\$ 16,74	R\$ 2.008,80
230	TUBO IR LF PN40 PBL 50	UN	150	R\$ 25,30	R\$ 3.795,00
231	TUBO IR LF PN40 PBL 75	UN	40	R\$ 48,18	R\$ 1.927,20
232	TUBO PVC SD MARR 25MM (METRO)	UN	90	R\$ 3,52	R\$ 316,50
233	TUBO PVC SD MARR 60MM (METRO)	UN	12	R\$ 33,40	R\$ 400,84
234	TUBO REVEST GEO STD 150(6) X 4M	UN	12	R\$ 497,51	R\$ 5.970,16
235	UNIAO FG ASSENTO PLANO 2	UN	1	R\$ 78,44	R\$ 78,44
236	UNIAO PVC SD 32MM	UN	3	R\$ 16,07	R\$ 48,22
237	UNIAO PVC SD 60MM	UN	2	R\$ 92,27	R\$ 184,53
238	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/2	UN	3	R\$ 171,04	R\$ 513,11
239	VALV RET HORIZ C/PORT 1.1/4	UN	3	R\$ 151,99	R\$ 455,96
240	VALV RET HORIZ C/PORT 2	UN	2	R\$ 230,65	R\$ 461,30
241	VALV RET VERT 1.1/2	UN	3	R\$ 91,74	R\$ 275,21
242	VALVULA PE PVC P/POCO 1	UN	1	R\$ 41,26	R\$ 41,26
VALOR TOTAL: R\$ 260.212,56 (DUZENTOS E SESSENTA MIL, DUZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS).					R\$ 260.212,56

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019
LICITAÇÃO - Pregão Presencial Nº 021/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.

CONTRATADA:

VALOR TOTAL DO CONTRATO:

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

FONTE DE RECURSO: Orçamento Geral do Município.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:

PRAZO CONTRATUAL: 31 de dezembro de 2019, a contar da data da assinatura do contrato.

Pela presente contrato, de um lado o Município de São José do Piauí/PI, neste ato representada pelo Sr. João Bezerra Neto, Prefeito Municipal, residente e domiciliado nesta cidade, CPF 566.101.573-91 documento de Identificação RG 33.348.076-4 SSP-SP, adiante designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro, a empresa, com sede a, inscrita no CNPJ sob o nº, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada, resolvem celebrar o presente ajuste administrativo, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, e demais legislações pertinentes à matéria, pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

“Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí.”.

PARÁGRAFO ÚNICO - Faz parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, o Edital e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. São direitos da Contratante:

2.1.1. Receber o objeto licitado do presente Contrato nos termos e condições pactuados;

2.1.2. Alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93, ou rescindi-lo administrativamente em caso de inexecução total ou parcial das cláusulas pactuadas, de acordo com o art. 79, § 1º, do referido diploma legal.

2.1.3. Receber demonstrativo detalhado dos valores e quantidades compradas, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura do objeto licitado.

2.2. São direitos da Contratada:

2.2.1. Receber a remuneração do objeto licitado, pelo preço e condições constantes das Cláusulas Terceira e Quarta;

2.2.2. Propor à Contratante a melhor forma de prestação do objeto do presente Contrato.

2.3. São deveres da Contratante:

2.3.1. Cumprir os prazos de pagamento estipulado neste instrumento e na legislação;

2.3.2. Acompanhar a execução do objeto contratado através de fiscal nomeado para este fim e indicado pela **Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI**, assegurando-se do bom desempenho e qualidade do objeto licitado;

2.3.3. Comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação do objeto licitado;

- 2.3.4. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução do contrato;
- 2.3.5. Controlar o objeto licitado e documentar as ocorrências havidas;
- 2.3.6. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura;
- 2.3.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada à sua dependência referente ao objeto licitado, quando necessário;
- 2.3.8. Emitir, por intermédio da **Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI ou Secretarias Municipais**, pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto licitado, à exigência de condições estabelecidas neste Contrato e na proposta de aplicação de sanções;

2.4. São deveres da Contratada:

Além das responsabilidades resultantes deste Contrato:

- 2.4.1. Disponibilizar o objeto licitado para Contratante dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas e do prazo pactuado neste Contrato, implantando de forma adequada a supervisão permanente dos mesmos.
- 2.4.2. O objeto licitado deve ser fornecido de forma meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos.
- 2.4.2.1. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas;
- 2.4.3. Utilizar pessoal devidamente habilitado para execução do objeto contratado;
- 2.4.4. Responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 2.4.5. Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;
- 2.4.6. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 2.4.7. Comunicar à **Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI** por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 2.4.8. Apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança, contendo o valor total dos produtos consumidos, e a quantidade total dos mesmos.
- 2.4.9. A referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 05 (cinco) dias antecedentes à data do vencimento;
- 2.4.10. Comunicar à **Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI**, por escrito, qualquer anormalidade nos produtos e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Prefeito Municipal de São José do Piauí/PI.
- 2.4.11. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, no que for relacionado ao objeto ora contratado;
- 2.4.12. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução do objeto contratado;
- 2.4.13. Não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Todos os itens do objeto licitado deverão ser fornecidos 31 de dezembro de 2019 em local determinado pela Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto contratado, conforme os valores discriminados na Proposta de Preços, relativa ao objeto do contrato, sendo a despesa estimada de R\$, até 31 de dezembro de 2019.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento do objeto licitado será efetuado em até 30 dias, mediante Nota Fiscal/Fatura;

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. O preço proposto não será reajustado durante o período vigente, na forma do § 1º do art. 28, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Poderá ser alterado após esse período mediante índice divulgado, observada a legislação em vigor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão, à conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 44.90.52 Fonte de Recurso: **Orçamento Geral do Município..**

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A execução do objeto licitado será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

- a) o representante do CONTRATANTE anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- c) a existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação do objeto licitado a serem executados;
- d) O CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia, aplicável até o quinto dia, calculado sobre o valor faturado no mês anterior, no caso de inexecução parcial, comunicada oficialmente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato a partir do 6º dia, no caso de inexecução parcial ou total dos serviços, o que ensejará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior; facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

9.2 - A contratada convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.3 - As multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação, ou poderão ser descontadas pela CONTRATANTE dos valores das Notas Fiscais/Faturas.

9.4 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas nesta cláusula.

9.5 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar poderão ser aplicados à CONTRATADA juntamente com as de multa.

9.6 - Da sanção aplicada caberá recurso, dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato, nos termos do § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

10.2 Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações e prazos;
- c) a lentidão no cumprimento das cláusulas contratuais, levando a CONTRATANTE, a presumir a impossibilidade da realização do objeto licitado, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início da prestação do objeto licitado;
- e) a paralisação do objeto licitado, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- f) a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas registradas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- i) a decretação de falência;
- j) a dissolução da firma contratada;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- l) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) a supressão do serviço, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Nº 8.666/93, respeitando o disposto no § 2º desse artigo;

n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, ou parcela deste, já executados e aceitos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" e "p" desta cláusula.

11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de vigência do Contrato será 31 de dezembro de 2019, contados da data de sua assinatura.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei na 8.666/93, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriunda do presente instrumento contratual é o da cidade de Inhuma/PI.

E por estarem as Partes Contratantes assim justas e acordadas, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas mesmas e pelas testemunhas a tudo presentes.

São José do Piauí/PI, .

CONTRATANTE: _____

Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI

João Bezerra Neto

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

RG: _____

NOME: _____

CPF: _____

RG: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

_____, CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº ____/2019 para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de peças para poços tubulares, para atender as necessidades do município de São José do Piauí. em cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

_____ (PI), ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO IV
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

D E C L A R A Ç Ã O

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Para fins de participação no Pregão Presencial nº 021/2019 – Prefeitura Municipal de São José do Piauí/PI, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na _____, declara, sob as penas da lei que, até a presente data inexist(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ (PI), ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF:

ANEXO V
MINUTA DA DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO DE MENORES

DECLARAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:
SIM () NÃO ().

_____ (PI), ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

NOME:

RG:

CPF: